

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 721

**POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL:
O ESGOTAMENTO DOS EFEITOS
DISTRIBUTIVOS DO PLANO REAL***

Sonia Rocha**

Rio de Janeiro, abril de 2000

* A autora agradece a Márcio Duarte Lopes, responsável pela programação SAS, e a Sabine Barbara Pabst, assistente de pesquisa.

** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Martus Tavares - Ministro

Guilherme Dias - Secretário Executivo



Presidente

Roberto Borges Martins

Diretoria

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais dos países. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (21) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (61) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 2000

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA	2
3 - EVOLUÇÃO DA POBREZA E O ESGOTAMENTO DOS EFEITOS DISTRIBUTIVOS DO PLANO REAL	5
4 - EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO E POBREZA	11
5 - CONCLUSÃO	14
ANEXO 1	17
ANEXO 2	19
ANEXO 3	20
BIBLIOGRAFIA	21

RESUMO

Partindo das evidências de que a pobreza absoluta no Brasil está associada à elevada desigualdade de renda, este trabalho faz uma retrospectiva da sua evolução nas últimas três décadas. Nos anos 70, ocorre forte redução da pobreza devido às taxas elevadas de crescimento da renda. Nos anos 80, até 1993, quando a incidência de pobreza acompanha as oscilações econômicas de curto prazo, pouco avanço é realizado. Finalmente, ocorre redução após o Plano de Estabilização de 1994, acomodando-se os indicadores desde então neste patamar. A estabilidade recente da incidência de pobreza para o país como um todo encobre trajetórias locais diversas, como melhorias no Centro-Oeste e agravamento nas áreas metropolitanas — São Paulo particularmente. Dados relativos ao mercado de trabalho metropolitano nos últimos três anos revelam um processo acentuado de extinção de postos de trabalho para trabalhadores pouco qualificados, o que tende a afetar de forma adversa a incidência de pobreza e a desigualdade.

ABSTRACT

The persistence of absolute poverty in Brazil is associated with high levels of income inequality. For this article, this association is the departing point for presenting a schematic evolution of poverty in Brazil in the last three decades: a sharp decline in the 70's as income grew at high rates. Fluctuations of poverty incidence following the short-term economic trends in the 80's and early 90's. Finally, the reduction after the 1994 (Real Plan), which brought poverty incidence to a level where it has stabilized since 1995. This stability of poverty incidence for the country as a whole encompasses quite different local situations, for instance, improvements in the Center-West and deterioration in metropolises, specially São Paulo. Metropolitan labor market indicators for the last three years show us a sharp decline of the number of jobs for the least qualified workers, which has the effect of adversely affecting poverty and inequality.

1 - INTRODUÇÃO

Após a implementação do plano de estabilização de julho de 1994 — o Plano Real — ocorreram mudanças favoráveis nos níveis de atividade econômica e de renda no Brasil. Essas mudanças foram muito bem-vindas, pois, durante o período anterior (1981/93), o resultado tinha sido um crescimento médio do produto de apenas 1,07% a.a. Em consequência, a renda *per capita* nesse período declinou, frustrando as expectativas criadas durante a década do “milagre” (1970/80) de que o país ingressaria breve no grupo das nações modernas e prósperas, eliminando a pobreza absoluta. No início da década de 90 a incidência de pobreza estava estabilizada em torno de 44%, e o resultado não tinha sido ainda mais adverso devido a mudanças estruturais favoráveis, como a forte queda da fecundidade.

O plano de estabilização afetou de forma positiva e mais acentuada os rendimentos menores. O efeito combinado da liberação do comércio exterior, da boa safra agrícola e da alta dos preços dos *non-tradeables*, possibilitando ganhos reais para a mão-de-obra menos qualificada, conduziu a uma forte redução da proporção de pobres. Assim, o declínio da pobreza, importante por si mesma, foi resultado de uma combinação favorável de fatores, já que o objetivo da política governamental esteve centrado na estabilização de preços.

As evidências mais recentes sobre o nível e a distribuição do rendimento no Brasil mostram que a redução da pobreza absoluta que se verificou após o plano de estabilização se esgotou. As informações relativas aos anos de 1996 e 1997 — até a elaboração do texto, eram os últimos dados da PNAD disponíveis — revelam que a pobreza absoluta se manteve em torno de 34%, o que resulta de situações regionais bem diferenciadas, isto é, uma redução sustentada da pobreza absoluta nas zonas rurais, acompanhada de deterioração nas metrópoles, especialmente São Paulo, que sofre forte impacto dos ajustamentos do sistema produtivo e do mercado de trabalho.

A impossibilidade de continuar a reduzir a pobreza absoluta após 1995 esteve ligada à situação macroeconômica delicada que resultava de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e de déficits públicos crescentes. As crises asiática e russa encontraram o país em situação vulnerável. Como resultado, o crescimento do PIB em 1998 foi praticamente nulo (-0,12%), significando que o país voltou a perder terreno no que concerne à evolução do produto *per capita* (-1,45%). Mesmo que os efeitos adversos da forte desvalorização de janeiro de 1999 acabem por se situar muito aquém do esperado inicialmente, é inevitável que ocorra queda do produto *per capita* nesse ano. O mais grave, porém, é que os efeitos da queda da atividade não são neutros, mas afetam os pobres de forma mais direta. A evolução observada a partir de 1997 nas metrópoles que concentram cerca de 25% da população brasileira mostra que as perdas em termos de postos de trabalho e de rendimentos recaíram sobre os indivíduos com menor escolaridade, sendo a causa provável de aumento da pobreza absoluta e da desigualdade.

O texto está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 trata da relação entre pobreza e desigualdade, mostrando que a persistência da pobreza

no Brasil está associada à distribuição de renda escandalosamente desigual. A Seção 3 apresenta uma rápida retrospectiva da evolução da proporção de pobres no período 1970/97, detendo-se no período pós-1993, quando ocorre uma significativa redução da incidência de pobreza, seguida por uma acomodação no novo patamar. A Seção 4 observa o comportamento recente do mercado de trabalho. Como o rendimento do trabalho é a fonte “natural” e principal de renda das famílias, a evolução muito adversa que se vem observando nas metrópoles certamente se rebate negativamente sobre a incidência de pobreza nessas áreas. Finalmente, a Seção 5 sumaria os principais pontos tratados ao longo do texto.

A respeito do texto que se segue cabem três observações: a primeira se refere ao conceito de pobreza utilizado. Embora seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, a pobreza estará aqui associada somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas em determinado tempo e lugar. A variável utilizada é a renda familiar *per capita*, que leva em conta todos os rendimentos dos membros da família, o seu tamanho e o seu papel como unidade redistributiva da renda.

A segunda observação se relaciona ao estabelecimento do valor *per capita* utilizado como parâmetro de renda mínima — a chamada linha de pobreza. Valores diferenciados para as 23 subáreas têm por base cestas de consumo localmente específicas verificadas entre famílias de baixa renda. A composição dessas cestas é mantida constante ao longo do período de análise, mas valorada nas datas de referência da PNAD, segundo a variação dos preços ao consumidor nas regiões metropolitanas.¹ Desse modo, objetiva-se levar em conta as reconhecidas diferenças de custo de vida entre regiões e entre áreas urbanas e rurais. À guisa de exemplo, a linha de pobreza mais elevada em 1997 estava associada à região metropolitana de São Paulo — R\$ 144,96 —, enquanto a mais baixa à área rural do Nordeste — R\$ 41,66.

A terceira observação diz respeito ao fato de que foram utilizados dois conjuntos de linhas de pobreza, derivadas, respectivamente, do Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ambos do IBGE, seguindo metodologias de construção muito semelhantes (Anexo 1). Os dois conjuntos de parâmetros permitem evidenciar não só a evolução de longo prazo da incidência de pobreza, já que se apresentam indicadores de incidência de pobreza para o período 1970/97, como o impacto da mudança de parâmetros sobre os resultados obtidos para a década de 90. Os resultados analisados para o período mais recente, com detalhamento espacial segundo regiões e estratos de residência, estão associados às linhas de pobreza derivadas da POF.

2 - DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA

Os países nos quais ainda persiste a incidência de pobreza absoluta podem ser classificados em dois grupos: o primeiro é formado por aqueles nos quais a renda

¹ Utilizou-se o INPC para cada uma das nove regiões metropolitanas e Brasília.

nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um de seus cidadãos. Desse modo, a renda *per capita* é baixa e a pobreza absoluta inevitável quaisquer que sejam as condições de sua distribuição.

O Brasil se classifica no segundo grupo de países onde a pobreza absoluta ainda persiste: aqueles nos quais o produto nacional é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos, de modo que a pobreza resulta da má distribuição de renda. Com renda anual *per capita* de R\$ 5.500 — portanto, bem acima de qualquer valor que possa ser realisticamente associado à linha de pobreza² —, a incidência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição de rendimentos. A Tabela 1 apresenta a repartição da população com mais de 10 anos de idade com rendimento positivo.³ Pode-se constatar que, em 1997, 1% das pessoas que detinham os rendimentos mais elevados se apropriava de 13,7% do rendimento total, proporção quase idêntica à apropriada pelos 50% de indivíduos na base da distribuição. O coeficiente de Gini resultante é um dos mais elevados do mundo, e certamente uma espantosa anomalia para um país com o tamanho populacional e a complexidade socioeconômica do Brasil. É importante notar que o grau de desigualdade é tão elevado que o coeficiente de Gini acaba sendo pouco afetado mesmo por melhorias significativas do rendimento na base da distribuição, como as que ocorreram logo após o plano de estabilização.

Assim, embora a renda real dos 10% de indivíduos com os rendimentos mais baixos tenha dobrado entre 1993 e 1995, o que levou a uma significativa redução da pobreza absoluta — como se verá mais adiante —, essa mudança teve apenas um efeito marginal sobre o grau de desigualdade de renda. Na verdade, uma parte considerável dessa desigualdade está associada aos rendimentos mais elevados: o Gini calculado a partir de uma distribuição truncada em 99% se reduz significativamente, embora permanecendo ainda muito elevado quando se consideram os resultados verificados em outros países.⁴

É evidente, portanto, que a extrema desigualdade na distribuição, que resulta de uma dinâmica socioeconômica própria, está associada à persistência da pobreza absoluta no Brasil. No período de crescimento econômico mais forte, durante a década de 70, o aumento da desigualdade foi tolerado na medida em que era percebido como um fenômeno passageiro e inevitável, em face das novas necessidades de mão-de-obra e dos conseqüentes desequilíbrios no mercado de trabalho. O resultado foi um crescimento substancial da desigualdade de renda, tendo o Gini passado de 0,50 em 1970 para 0,59 em 1980 [ver Bonelli e Ramos (1993)]. É importante enfatizar que embora a queda da pobreza absoluta que se

² Por exemplo, uma linha de pobreza associada ao valor do salário mínimo de 1998 corresponderia a R\$ 1.560 a.a.

³ Renda de todas as origens, isto é, todos os tipos de renda do trabalho, além de pagamentos recebidos dos sistemas de previdência públicos e privados, rendimentos da propriedade e do capital, transferências etc.

⁴ O Gini da distribuição truncada se situa próximo ao verificado na Venezuela em 1990 (0,53), enquanto países desenvolvidos apresentam coeficientes bem mais baixos (França, 0,35), Pnud-1997.

observou no período 1970/80 tenha sido significativa — a proporção de pobres no país caiu à metade⁵ —, ficou aquém da que seria possível atingir sob condições distributivas mais favoráveis.

Tabela 1

Distribuição da Renda das Pessoas — 1986/98^a

Percentual das Pessoas em Ordem Crescente da Renda	1986	1989	1993	1995	1996	1997	1998
Até 50	12,5	10,4	12,8	13,1	13	13,1	13,5
De 50 a 90	38,7	36,4	37,4	38,7	39,1	39,3	39,0
De 90 a 99	33,6	35,9	33,8	34,3	34,4	33,9	33,8
De 99 a 100	15,2	17,3	16,0	13,9	13,5	13,7	13,7
Gini ^b 100	0,5804	0,6228	0,5822	0,5738	0,5714	0,5700	0,5646
99	0,5345	0,5762	0,5330	0,5324	0,5315	0,5290	0,5229

Fonte: PNAD — tabulações especiais.

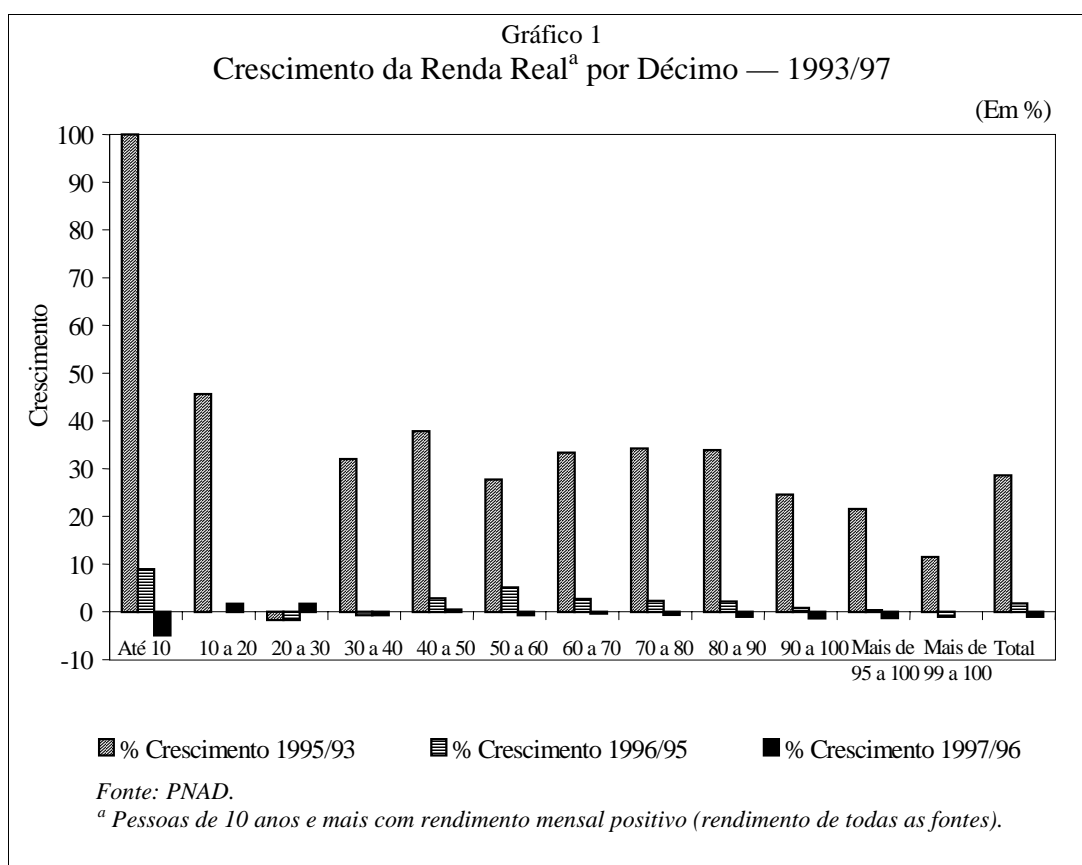
^a Rendimentos de todas as origens de pessoas de 10 anos ou mais com rendimento positivo.

^b Valor no limite inferior calculado a partir de dados agrupados.

Na década de 80, a chamada *década perdida* no que tange à evolução da renda, ocorreu uma confluência de duas tendências adversas. Por um lado, houve uma brutal redução do ritmo do crescimento da renda em relação à década anterior, mas também em relação ao verificado nos anos 60, respectivamente 7% e 2,2% a.a. Por outro, a queda do rendimento (-1,5%) afetou de forma mais adversa os mais pobres: com exceção do segundo décimo da distribuição, a redução do rendimento foi tanto maior quanto mais baixo o nível de renda [ver Barros e Mendonça (1992)]. Acirraram-se, assim, os conflitos distributivos, que a inflação alta veio, sem dúvida, reforçar. O resultado da conjugação desses dois efeitos perversos da renda, absoluto e distributivo, foi a ausência de melhorias significativas na redução da pobreza, apesar das oscilações de curto prazo associadas aos ciclos conjunturais de *stop and go* da atividade econômica. Na verdade, quando se analisam resultados para anos extremos — 1981 e 1990 —, o declínio da proporção de pobres que se verifica está claramente associado ao efeito da seca nordestina do início dos anos 80 sobre os resultados relativos ao ano-base da comparação, não se relacionando, portanto, a uma tendência sustentada de melhoria da renda na base da distribuição.

Essas características relativas à estagnação do rendimento e à sua má distribuição se mantiveram no início da década de 90. O plano de estabilização de 1994 rompeu esse padrão, ao proporcionar como subproduto uma melhoria significativa do rendimento na base da distribuição (ver Gráfico 1), o que permitiu reduzir em 1/3 a proporção de pobres sem, no entanto, afetar de forma sensível a desigualdade de rendimentos. Como se viu, o coeficiente de Gini pouco declinou entre 1993 e 1995, já que a desigualdade de renda está fortemente associada aos rendimentos mais altos (Tabela 1).

⁵ A proporção de pobres declinou de 68% em 1970 para 35% em 1980 [Rocha (1996)].



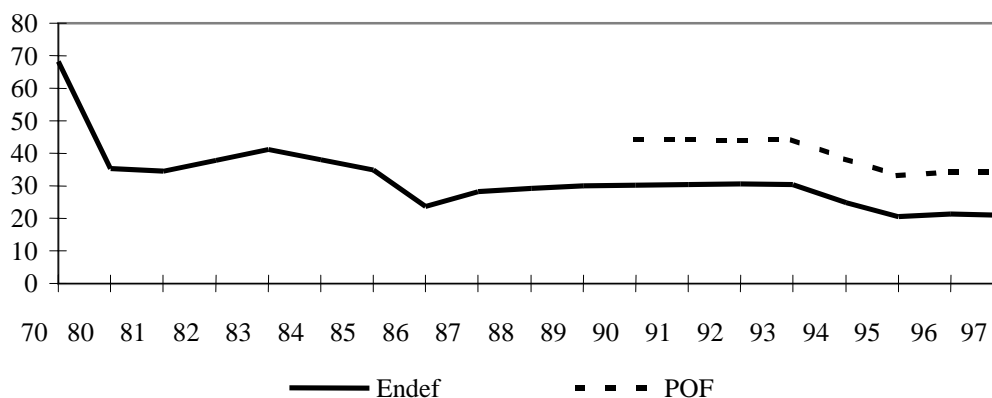
Embora se saiba que a redução da pobreza absoluta depende tanto do crescimento da renda como da melhoria distributiva [ver Barros e Mendonça (1997)], essa última componente assume papel estratégico no Brasil por duas razões. Primeiramente, pelo nível explosivo de desigualdade de renda já atingido, que gera, inevitavelmente, situações de conflito insustentáveis, especialmente onde os contrastes de renda, riqueza e poder são mais críticos. Em segundo lugar, porque as oportunidades “naturais” de crescimento econômico são predominantemente concentradoras, o que exige ações específicas do poder público no sentido não só de evitar o agravamento, mas de promover a diminuição da desigualdade de renda objetivando especificamente a redução da incidência de pobreza absoluta no país.

3 - EVOLUÇÃO DA POBREZA E O ESGOTAMENTO DOS EFEITOS DISTRIBUTIVOS DO PLANO REAL

Depois da forte redução da pobreza absoluta nos anos 70, os indicadores anuais relativos ao período 1981/97, obtidos a partir de linhas de pobreza derivadas do Endef, indicam três fases bem distintas. No primeiro período, de 1980 a 1986, marcado por oscilações anuais, a proporção de pobres acompanha de perto as flutuações de curto prazo da atividade econômica. Nesse período, o resultado mais adverso se refere a 1983, quando a crise recessiva do início da década atinge o seu

auge. A retomada da atividade econômica seguida pelo primeiro plano de estabilização — o Plano Cruzado⁶ — estancou a inflação temporariamente, o que, junto com as medidas redistributivas adotadas, teve o efeito de reduzir forte, mas apenas temporariamente, a proporção de pobres (ver Tabela 2).

Tabela 2

Evolução da Proporção de Pobres (%)

	1970	1980	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997
Endef	68,33	35,33	34,58	41,21	34,98	23,69	28,26	29,24	29,92	30,25	30,62	30,37	20,57	21,40	20,88
POF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44,19	44,00	44,09	33,23	34,13	34,09

Fonte: IBGE — Censo Demográfico e PNAD (tabulações especiais da autora).

A retomada da inflação contribuiu para a elevação da incidência de pobreza para o patamar onde se manteve no segundo período, entre 1988 e 1993, praticamente estável em torno de 30%. Essa estabilidade encobre, porém, tendências diversas segundo estratos de residência, o mesmo comportamento sendo observado a partir dos resultados associados aos parâmetros do Endef e da POF (Tabela 3). Assim, a proporção de pobres nas áreas rurais se reduziu de forma consistente ao longo do período, o que parece se vincular especialmente à modernização agrícola no Sul e no Centro-Oeste. Concomitantemente à melhoria das proporções de pobres nas áreas rurais, ocorreu agravamento nas áreas metropolitanas, o que é compatível com a natureza da crise recessiva. Como esperado, o impacto adverso mais intenso se deu na metrópole de São Paulo, ponto focal da reestruturação produtiva na indústria: a proporção de pobres na metrópole paulista evoluiu de 33,6% em 1990 para 43,1% em 1992, mantendo-se pouco abaixo deste patamar em 1993. Os impactos da crise no estrato urbano se concentraram em São Paulo, que, com uma proporção de pobres de 21,3% em 1990, era a subárea no país onde o indicador se mostrava mais favorável, passando a 26,7% em 1993. Essa sensibilidade à crise pelo estrato urbano paulista é provavelmente reveladora de maior integração produtiva entre a metrópole e seu entorno urbano, resultando na maior difusão no interior desse estado dos impactos adversos sobre a renda.⁷

⁶ O Plano Cruzado foi implementado em março de 1996.

⁷ Para o detalhamento das diferenças espaciais da evolução da pobreza, ver Rocha (1998a).

Tabela 3

Número e Proporção de Pobres segundo Estratos e Subáreas Selecionadas — 1990/93

Estratos e Subáreas	1990		1992		1993	
	Número (mil)	%	Número (mil)	%	Número (mil)	%
Rural	17.686	56,81	14.979	52,73	14.804	51,56
Nordeste	11.271	69,45	9.745	66,89	10.148	67,90
Sul	2.210	39,56	1.671	31,63	1.299	25,39
Centro-Oeste	1.171	58,73	875	51,04	714	41,40
Metropolitano	17.579	41,37	19.203	44,31	19.764	45,12
São Paulo	4.965	33,62	6.546	43,13	6.474	41,93
Urbano	26.049	40,00	27.425	40,18	28.024	40,35
São Paulo	2.868	21,29	3.666	25,69	3.849	26,70
Brasil	61.313	44,19	61.607	44,00	62.593	44,09

Fonte: PNADs 1990/93 (tabulações especiais).

Nota: Linhas de pobreza derivadas da POF.

Depois de diversas tentativas de controle da alta de preços, o Plano Real (julho de 1994) foi bem-sucedido, reduzindo a inflação, que atingia 48% ao mês em junho de 1994, à taxa anual de 22% em 1995, que declinou de forma contínua até o final de 1998. Não se trata aqui de discutir as características do Plano,⁸ mas apenas de destacar os fatores que contribuíram para a forte redução da pobreza absoluta no período imediatamente posterior à sua introdução, patamar em que se estabilizou nos anos subseqüentes — de 1995 a 1997 — a terceira e última etapa do período em foco.

Entre 1993 e 1995 ocorreram mudanças importantes.⁹ O rendimento médio das pessoas apresentou um ganho real expressivo, que se deu de maneira mais acentuada para os que percebiam rendimentos mais baixos (Gráfico 1). Assim, no décimo inferior da distribuição, o rendimento teve desempenho excepcional, dobrando de valor no período, passando de R\$ 28 em 1993 para R\$ 56 em 1995 (preços de setembro de 1997). No segundo décimo da distribuição, os ganhos também foram significativos, apresentando um aumento de 46% no mesmo período. Essa evolução dos rendimentos teve efeitos diretos sobre a redução da pobreza: a proporção de pobres passou de 44% (62,6 milhões de pessoas) em 1993 para 33,3% (49 milhões de pessoas) em 1995. O fenômeno foi geral, afetando todos os estratos de residência e regiões (Tabela 4 e detalhamento em nível de 23 áreas no Anexo 2). Examinando a série de longo prazo (Tabela 2), verifica-se que o resultado obtido para esse ano é o melhor de todo o período 1970/95, sendo que a proporção de pobres nesse último ano é inferior até mesmo à verificada em 1986. Cabe destacar, ainda, que as melhorias dos rendimentos e de sua

⁸ Diferentemente dos anteriores, o Plano Real não recorreu a controle de preços, mas introduziu de forma astuciosa uma moeda indexada de transição.

⁹ Não foi realizada a PNAD 1994, de modo que as comparações intertemporais com base nessa pesquisa têm que ser feitas obrigatoriamente para o período 1993/95.

distribuição após o Plano Cruzado tiveram pouca duração: a proporção de pobres aumentou com a retomada da inflação, de modo que em 1987 já se situava em um patamar bem mais alto.

Tabela 4

Número e Proporção de Pobres no Brasil segundo Regiões e Estratos — 1993, 1995, 1996 e 1997

Regiões e Estratos	1993	1995	1996	1997		
	Proporção (%)	Proporção (%)	Proporção (%)	Número (mil)	Proporção (%)	Contribuição (%)
Norte Urbano	47,46	38,49	39,57	2.856,3	39,61	5,51
Nordeste	63,96	52,05	53,13	23.314,4	52,86	44,98
Minas Gerais/Espírito Santo	38,54	27,82	28,21	5.350,7	27,50	10,32
Rio de Janeiro	43,52	28,50	29,16	3.829,9	28,86	7,39
São Paulo	34,16	22,01	24,17	8.553,6	25,21	16,50
Sul	24,49	17,85	17,59	4.248,7	18,11	8,20
Centro-Oeste	47,11	37,44	37,71	3.682,5	34,62	7,10
Metropolitano	45,12	31,16	32,65	15.435,9	33,18	29,78
Urbano	40,35	31,20	31,46	23.896,1	31,30	46,10
Rural	51,56	41,51	43,42	12.504,0	42,84	24,12
Brasil	44,09	33,23	34,13	51.836,0	34,09	100

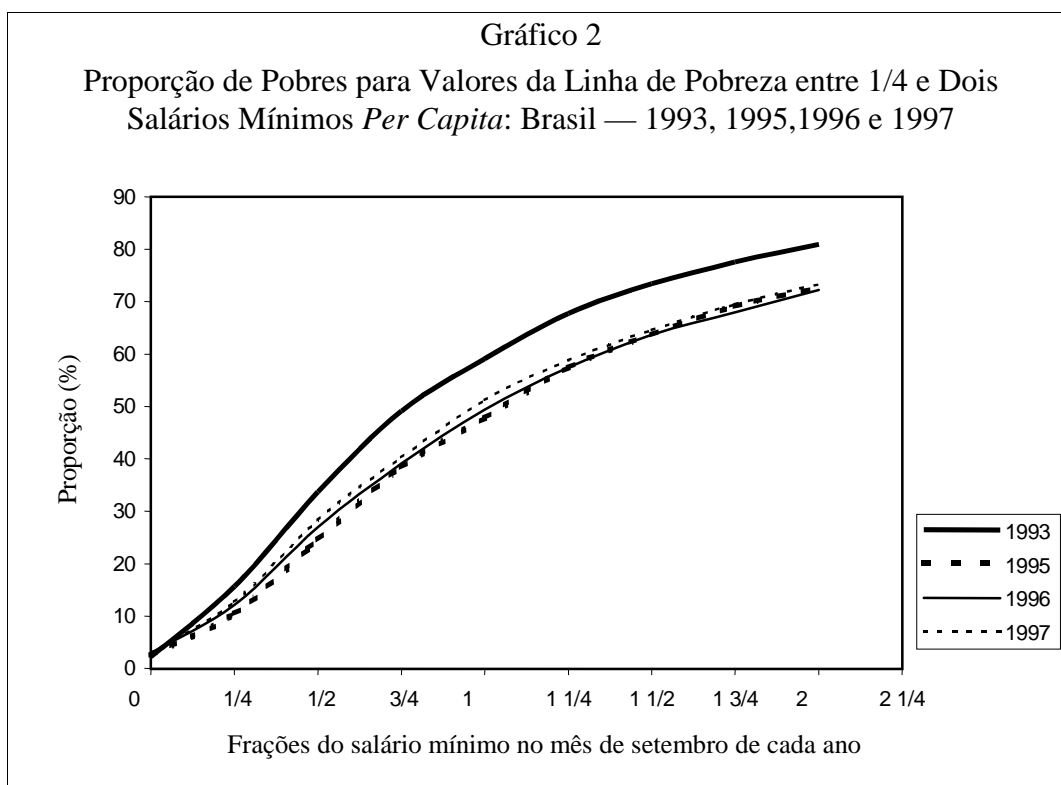
Fonte: PNAD (tabulações especiais).

Nota: Linhas de pobreza baseadas na POF.

Embora tenha havido redução generalizada da pobreza, esta ocorreu com intensidade localmente diferenciada. A redução da proporção de pobres nas metrópoles está diretamente relacionada à retomada do nível de atividade e aos impactos da estabilização sobre os rendimentos mais baixos, particularmente nas ocupações do setor terciário (comércio e serviços). Devido a uma conjunção de fatores macroeconômicos e locais/setoriais, os indicadores para as metrópoles mostram não só uma melhoria em relação a 1993, mas também em relação a 1990. A situação mais adversa é a da região Norte, onde os ganhos após a estabilização são suficientes apenas para retornar ao nível de incidência de pobreza verificado no início da década. Essa evolução resulta da atração que a região exerce sobre os migrantes, apesar da evidente falta de dinamismo econômico. Embora a evolução adversa da pobreza na região Norte seja preocupante, tendo em vista tanto a intensidade do fenômeno como sua característica de estabilidade ao longo do tempo, seu impacto nacional é limitado: o número de pobres na região Norte corresponde a apenas 5,5% do total de pobres no país em 1997.¹⁰ Na outra região de fronteira de recursos — o Centro-Oeste —, ao contrário, a redução da pobreza foi notável, devido ao dinamismo econômico e à modernização produtiva associados ao desenvolvimento do complexo agroindustrial. Como no caso do Norte, o impacto nacional dessa evolução é reduzido em função da fraca participação demográfica do Centro-Oeste no contexto nacional.

¹⁰ Essa participação era de 3,7% em 1981 e de 5,3% em 1990.

Os dados relativos a 1996 e 1997 permitem verificar que o patamar de incidência de pobreza no Brasil, reduzido drasticamente com a estabilização, mantém-se praticamente inalterado desde então. Esses resultados não estão associados aos conjuntos específicos de linhas de pobreza como as utilizadas nesta análise, mas são robustos a qualquer valor de linha de pobreza arbitrado num intervalo realista. As proporções de pobres, que correspondem a linhas de pobreza assumindo valores entre 1/4 e dois salários mínimos para a renda familiar *per capita*, são praticamente coincidentes nos três anos (Gráfico 2). Esses resultados mostram que os efeitos distributivos do Plano Real em nível nacional já se tinham esgotado em setembro de 1996 e que a proporção de pobres se estabilizava em um novo patamar. Essa acomodação do indicador de pobreza para o país como um todo encobre, no entanto, evoluções localmente diferenciadas em função do impacto da reestruturação produtiva, podendo-se verificar já uma evolução adversa em São Paulo ou ainda favorável no Rio de Janeiro.



Apesar da redução da incidência de pobreza de 44% para 34%, as principais características estruturais da pobreza no país se mantêm neste novo patamar. A pobreza no Brasil tem um forte componente regional: sua incidência, quaisquer que sejam os indicadores utilizados, é mais elevada no Norte e Nordeste, reduzindo-se em direção ao Sul. Por outro lado, apresenta-se sensivelmente mais alta nas áreas rurais, embora em São Paulo e no Rio de Janeiro — as regiões mais urbanizadas do país — a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano (ver Anexos 2 e 3). Para o conjunto do país, embora a proporção de pobres se

mantenha ainda mais elevada em áreas rurais (25%), os pobres urbanos são, largamente, a maioria, correspondendo a 76% dos pobres brasileiros.

As regiões Norte e Nordeste não apresentam indícios de romper com sua herança de pobreza e alterar a sua posição relativa desfavorável. A evolução 1993/97 no que concerne à sua participação no número de pobres do país mostra agravamento da dicotomia Norte/Nordeste *versus* Centro-Sul,¹¹ sendo que a evolução mais adversa ocorreu na região Norte. A participação do Norte urbano no número de pobres no Brasil vem aumentando paulatinamente, passando de 3,2% em 1990 para 5,5% em 1997. Trata-se de uma tendência preocupante, tendo em vista que a participação da sua população urbana na população brasileira é de apenas 4,7%. No Nordeste os resultados se mostraram menos adversos do que no Norte, mas a concentração de pobres na região continua alarmante, tendo em vista não só o tamanho do contingente populacional envolvido — 23,3 milhões de pessoas, o equivalente a 45% dos pobres brasileiros em 1997 —, mas as condições de vida da população em geral, e dos pobres em particular. Ao meio físico freqüentemente adverso se juntam condições sanitárias precárias, baixo nível de escolarização e possibilidades muito limitadas dos governos locais de operar de forma eficaz em favor do desenvolvimento das atividades produtivas e da assistência da população. O fato de que a taxa de mortalidade infantil, que pode ser considerada como um indicador sintético privilegiado das condições de vida da população, situa-se em torno de 59/1.000 no Nordeste — portanto, quase o dobro da verificada no Sudeste (25/1.000)¹² — reflete de forma inequívoca a situação crítica do Nordeste em relação não só à pobreza, mas também à persistência de fortes desigualdades regionais no Brasil.

Apesar de os efeitos da redução da pobreza terem se difundido amplamente, não se verifica atualmente uma alteração significativa da sua repartição entre as áreas metropolitana, urbana e rural em relação a 1993. A participação das metrópoles no número de pobres no Brasil, que se reduziu de início, voltou a aumentar, enquanto a participação das áreas urbanas não-metropolitanas apresentou movimento oposto. A participação dos pobres rurais aumentou apenas levemente, parecendo ter esgotado a tendência de forte redução que caracterizou o início da década.

O fato de os resultados da PNAD de 1998 não estarem ainda disponíveis impossibilita estimativas sobre a evolução mais recente da incidência de pobreza com abrangência nacional e considerando, como é essencial, todos os rendimentos das pessoas para o cálculo da renda familiar. As evidências parciais e indiretas de que se dispõe referem-se às informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, sobre o comportamento do mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, cuja população corresponde a 25% da população brasileira. Informações recentes quanto à ocupação e ao rendimento do trabalho podem sugerir possíveis impactos da evolução do mercado de trabalho sobre a incidência da pobreza e da desigualdade nessas metrópoles.

¹¹ A participação do Norte e do Nordeste no número total de pobres no Brasil passou de 46,6% para 50,5% no período de quatro anos.

¹² Estimativas de Simões (1997).

4 - EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO E POBREZA

As formas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho têm importância fundamental pelo fato de que o rendimento do trabalho — presente ou diferido por mecanismos de poupança e seguridade — constitui-se na forma socialmente desejada de os indivíduos atenderem às suas necessidades, evitando a pobreza. Mecanismos sociais compensatórios são normalmente encarados como proteção excepcional, quando a inserção via mercado de trabalho não ocorre adequadamente. Nesse sentido, é relevante investigar como dificuldades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho ou a evolução adversa do rendimento do trabalho são capazes de afetar a incidência de pobreza.

Os dados recentes relativos ao mercado de trabalho mostram que, apesar da perda de postos de trabalho e da inflexão do rendimento médio, ainda se verificam, em abril de 1999, melhorias em relação ao período imediatamente posterior à introdução do plano de estabilização (Tabela 5). Portanto, sob condições distributivas neutras e relativa estabilidade demográfica, isto implicaria redução da incidência da pobreza em relação à observada em 1994.

Tabela 5

Evolução do Pessoal Ocupado, Rendimento Médio e Rendimento Total do Trabalho nas Seis Regiões Metropolitanas — 1994/99^a

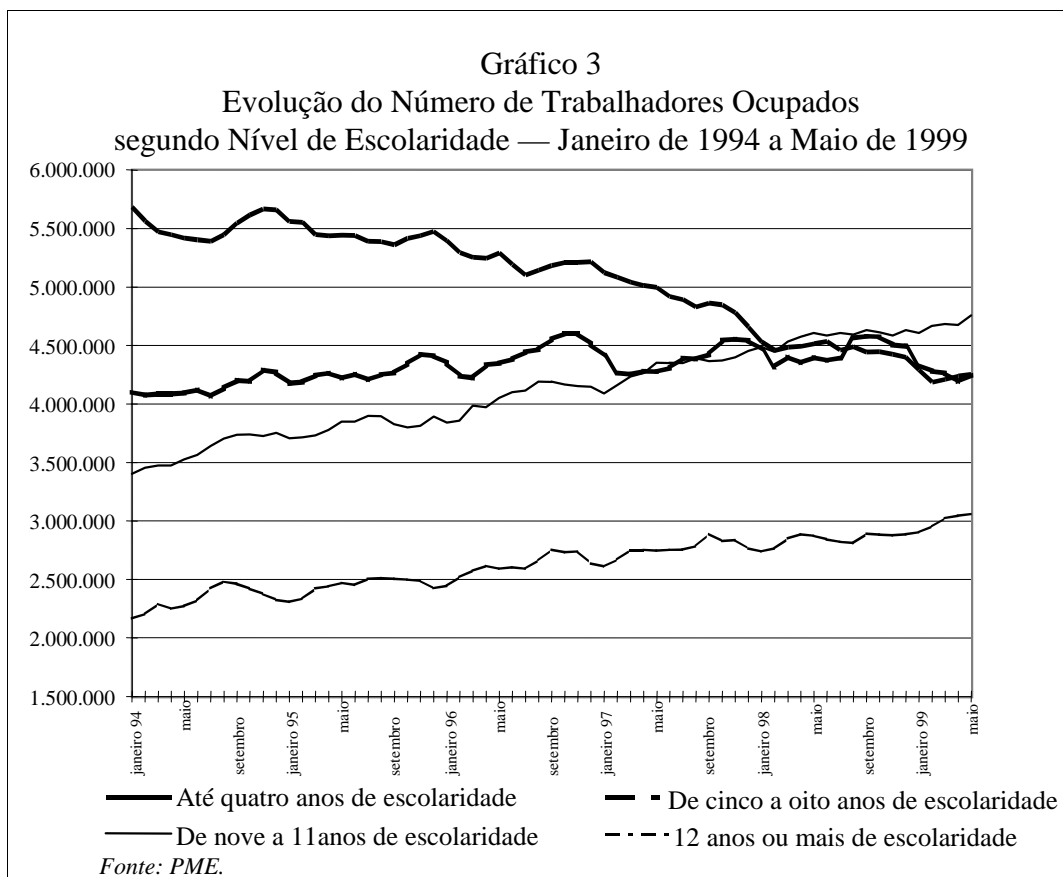
	População Ocupada (mil)	Rendimento Médio Mensal (R\$ de maio de 1999)	Rendimento Total Mensal (R\$ milhões de maio de 1999)
Jul./dez. 1994	15.789,7	582,63	9.202,95
Jul./dez. 1995	16.080,3	737,10	11.855,16
Jul./dez. 1996	16.553,4	834,79	13.818,69
Jul./dez. 1997	16.481,2	899,05	14.817,22
Maio 1998	16.387,1	812,83	13.319,87
Jul./dez. 1998	16.432,8	870,25	14.300,86
Maio 1999	16.314,6	676,78	11.041,39
Número índice (jul./dez./94=100)			
Jul./dez. 1995	101,8	126,5	128,8
Jul./dez. 1996	104,8	143,3	150,2
Jul./dez. 1997	104,4	154,3	161,0
Maio 1998	103,8	139,5	144,7
Jul./dez. 1998	104,1	149,4	155,4
Maio 1999	103,3	116,2	120,0

Fonte: PME.

^a Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Dados desagregados segundo nível de escolarização do trabalhador evidenciam, no entanto, que o mercado de trabalho vem rapidamente se especializando, exigindo trabalhadores com maior nível de qualificação (Gráfico 3). Como conseqüência, reduziu-se drasticamente o número de ocupados de menor qualificação — o que significou menos 1,2 milhão de postos de trabalho ocupados

por trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade em cinco anos (entre abril de 1994 e abril de 1999). Manteve-se praticamente estável o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com quatro a oito anos de estudo (4,2 milhões), enquanto aumenta o daqueles com mais de oito anos de estudo.



Essa mudança na composição da demanda por mão-de-obra repercutiu necessariamente sobre a evolução dos rendimentos médios segundo níveis de escolaridade. O rendimento médio dos trabalhadores menos qualificados, que tinham tido os maiores ganhos logo após a estabilização, atingiu seu melhor nível já no segundo semestre de 1996, enquanto o dos trabalhadores com nove anos de estudo ou mais continuou se elevando por mais um ano.

As condições de inserção no mercado de trabalho para o contingente de trabalhadores com menos de quatro anos de estudo se deterioraram particularmente devido aos efeitos combinados da perda de postos de trabalho que se verifica desde o início do período, e do rendimento médio, que começa a declinar precocemente. Seu rendimento total do trabalho caiu 11% nos últimos 12 meses, após já ter declinado fortemente nos 12 meses anteriores, significando uma queda acumulada de 22% desde abril de 1997 (ver Tabela 6).

Tabela 6

Evolução do Mercado de Trabalho segundo Nível de Escolaridade do Trabalhador — 1994/99

	População Ocupada (mil)				Rendimento Médio Mensal Real (R\$ de abril de 1999)				Rendimento Total Real (R\$ de milhões de abril de 1999)			
	Até 4	De 5 a 8	De 9 a 11	12 ou mais	Até 4	De 5 a 8	De 9 a 11	12 ou mais	Até 4	De 5 a 8	De 9 a 11	12 ou mais
Jul./dez. 1994	5.554,7	4.192,8	3.716,8	2.413,4	317,45	380,60	623,36	1.500,74	1.763,4	6.697,7	2.316,9	3.621,8
Jul./dez. 1995	5.412,5	4.316,9	3.853,6	2.487,0	377,20	441,87	684,14	1.683,85	2.041,6	8.239,9	2.636,4	4.187,7
Jul./dez. 1996	5.178,4	4.530,2	4.158,5	2.686,3	402,46	459,58	705,63	1.729,92	2.084,1	9.433,2	2.934,4	4.647,0
Jul./dez. 1997	4.811,5	4.473,7	4.386,7	2.809,3	394,07	462,70	713,96	1.794,18	1.896,1	9.264,6	3.131,9	5.040,3
Mai 1998	4.493,4	4.347,8	4.576,9	2.886,2	370,47	424,65	657,36	1.671,40	1.664,7	8.096,4	3.008,7	4.824,0
Jul./dez. 1998	4.444,6	4.516,5	4.609,9	2.861,8	380,96	437,17	669,02	1.763,30	1.693,2	8.917,1	3.084,1	5.046,2
Mai 1999	4.240,5	4.187,4	4.674,0	3.042,4	349,91	407,21	611,79	1.561,70	1.483,8	7.012,9	2.859,5	4.751,3
Número índice (jul./dez./94=100)												
Jul./dez. 1995	97,4	103,0	103,7	103,1	118,8	116,1	109,8	112,2	115,8	123,0	113,8	115,6
Jul./dez. 1996	93,2	108,0	111,9	111,3	126,8	120,8	113,2	115,3	118,2	140,8	126,7	128,3
Jul./dez. 1997	86,6	106,7	118,0	116,4	124,1	121,6	114,5	119,6	107,5	138,3	135,2	139,2
Mai 1998	80,9	103,7	123,1	119,6	116,7	111,6	105,5	111,4	94,4	120,9	129,9	133,2
Jul./dez. 1998	80,0	107,7	124,0	118,6	120,0	114,9	107,3	117,5	96,0	133,1	133,1	139,3
Mai 1999	76,3	99,9	125,8	126,1	110,2	107,0	98,1	104,1	84,1	104,7	123,4	131,2

Fonte: PME.

O efeito da evolução desfavorável do mercado de trabalho para os trabalhadores de menor nível de qualificação sobre a pobreza é neutralizado, em parte, pela dinâmica distributiva no âmbito do grupo familiar, em que convivem indivíduos em diferentes faixas etárias e com níveis de escolaridade diversos. No entanto, evoluções adversas acentuadas, que ocorrem em um curto período de tempo — como as verificadas a partir de 1997 —, provavelmente terão impacto mensurável e adverso sobre a pobreza.

O provável agravamento da pobreza metropolitana deverá ocorrer concomitantemente à desigualdade crescente da distribuição dos rendimentos. Como se viu, vem aumentando a demanda por trabalhadores mais qualificados: criaram-se no último ano (de abril de 1998 a abril de 1999) 156 mil postos de trabalho para aqueles com 12 anos ou mais de escolarização, cujo rendimento médio é 4,5 vezes o dos trabalhadores com até quatro anos de estudo. Como resultado, o rendimento total para os trabalhadores com 12 anos de escolaridade ou mais declinou apenas 1,5% nos últimos 12 meses (em comparação com 11% para aqueles com menos de quatro anos de escolaridade, como já se viu), o que tem implicações distributivas claramente adversas.

Na verdade, a reestruturação produtiva tem normalmente o efeito de alijar do mercado de trabalho a mão-de-obra menos qualificada, o que vem ocorrendo desde o final da década de 80. O que se observa neste momento é um agravamento das condições de inserção no mercado de trabalho devido à estagnação econômica de 1998 e à desvalorização cambial de janeiro de 1999.

Para aqueles mais vulneráveis, para os quais a renda do grupo familiar não é capaz de neutralizar o alijamento do mercado de trabalho, evitar a pobreza do ponto de vista da renda depende essencialmente de benefícios previdenciários e de políticas compensatórias do poder público. Dessas políticas depende também um amplo contingente de pobres “estruturais”, dentre os quais se incluem — em função dos baixos rendimentos na base da distribuição — mesmo aqueles que participam normalmente no mercado formal de trabalho.¹³

5 - CONCLUSÃO

Tendo em vista que a renda *per capita* no Brasil é bem superior a qualquer valor que possa realisticamente ser associado à linha de pobreza, a persistência da pobreza do ponto de vista da renda está necessariamente associada à péssima distribuição de rendimento: a 1% das pessoas cujas rendas são as mais elevadas, correspondem 14% da renda total brasileira, portanto um pouco acima dos 13% que cabem à metade das pessoas com rendas mais baixas. Como a desigualdade de renda está atrelada aos altos rendimentos no extremo superior da distribuição, ganhos do rendimento na base da distribuição, como os ocorridos após o Plano

¹³ Na metrópole de São Paulo, onde a linha de pobreza *per capita* mensal está estimada em R\$ 147,76 em setembro de 1998, uma pessoa que trabalhe ganhando dois salários mínimos e que tenha um filho menor como dependente se situa abaixo da linha de pobreza.

Real, pouco afetam o coeficiente de Gini, que declinou apenas de 0,58 para 0,57 entre 1993 e 1995. O aspecto distributivo é fundamental por ter o potencial de reduzir drasticamente a pobreza, mesmo sem qualquer aumento do produto, isto é, sem crescimento econômico.

As melhorias de rendimento que beneficiaram a todos entre 1993 e 1995 representaram ganhos bem mais elevados para os indivíduos na base da distribuição, o que permitiu reduzir a incidência de pobreza do ponto de vista da renda de 44% para 34%. Após o impacto inicial medido em 1995, as mudanças nos indicadores de pobreza têm sido pequenas, embora localmente diferenciadas. Assim, o agravamento da pobreza nas metrópoles tem sido compensado pela ligeira melhoria em áreas não-metropolitanas, de modo que o resultado agregado para o conjunto do país é a manutenção da proporção de pobres no patamar de 34% entre 1995 e 1997.

A evolução recente do mercado de trabalho metropolitano tem sido particularmente desfavorável para os mais pobres. Como é compreensível, a reestruturação e a modernização produtiva têm um impacto mais adverso para os indivíduos com menor nível de escolaridade — até quatro anos de estudo. Entre o segundo semestre de 1994 e maio de 1999 foram extintos 1,3 milhão de postos de trabalho para indivíduos com esse nível de qualificação. Como efeito combinado da perda de postos de trabalho e da queda do rendimento médio, o rendimento total dos trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, que ainda representam cerca de 1/4 da mão-de-obra metropolitana, caiu 11% no último ano. A rapidez e a intensidade dessa evolução afetam adversamente a incidência de pobreza metropolitana, o que demandaria evolução em sentido oposto nas áreas não-metropolitanas, como aconteceu em 1996 e 1997, de modo a evitar o agravamento da pobreza no país.

As inferências que podem ser derivadas dessas informações são necessariamente cautelosas. O mercado de trabalho metropolitano tem a vantagem de sinalizar rapidamente as oscilações de curto prazo, que não necessariamente se aprofundam e se generalizam pelo resto do país. Ademais, o seu impacto sobre pobreza depende de como a evolução do emprego e rendimento impacta a renda das famílias na base da distribuição da renda familiar *per capita*, a qual depende em cerca de 20% de rendimentos não-associados ao trabalho, como os da previdência social.

Evitar o agravamento da pobreza depende tanto de intervenções sobre o mercado de trabalho, objetivando especificamente tornar a reestruturação produtiva menos penosa para os mais pobres, como de políticas de transferência de renda. O montante correspondente ao hiato da renda, estimado em R\$ 22,9 bilhões, ou o equivalente a 2,6% do PIB de 1997, seria teoricamente suficiente para elevar todos os pobres ao nível da linha de pobreza. É importante ter em mente que a renda dos indivíduos que serviu de base para esse cálculo já incorpora o valor das transferências realizadas pelos programas existentes em 1997, cuja abrangência é significativa, pois atendiam a 1,7 milhão de indivíduos ao custo de R\$ 2,6 bilhões

anuais. É importante notar, ainda, que a transferência de renda se limita a reduzir a pobreza no que ela depende da renda para consumo no âmbito privado, sendo indispensável a manutenção de políticas voltadas para o atendimento de outras necessidades dos mais pobres, como educação, saúde e nutrição, saneamento etc.

O gasto social no Brasil já atinge cerca de 20% do PIB. É evidente, portanto, que a persistência da pobreza não está vinculada a uma insuficiência do gasto público. Como já se sabe, a tarefa essencial consiste em melhorar a eficiência do gasto social e priorizar sua focalização nos mais pobres, atuando tanto por meio de medidas assistenciais que apenas amenizam os sintomas presentes da pobreza como daquelas — essencialmente as educacionais — que têm o potencial de romper de forma definitiva o círculo vicioso da pobreza.

ANEXO 1

Valoração das Linhas de Pobreza

Quando se trata de estabelecer linhas de pobreza no Brasil é comum fixar nacionalmente um dado patamar de renda em termos de salário mínimo: com frequência dois por família ou 1/2 salário mínimo *per capita*. Tal procedimento tem a desvantagem de estabelecer um parâmetro sem garantia de que ele permita cobrir o custo associado ao atendimento do conjunto das necessidades básicas, além de negligenciar a existência de diferenciais geográficos desse custo.

As linhas de pobreza utilizadas neste texto têm duas características básicas. A primeira é que não são linhas de pobreza normativas, isto é, não refletem uma estrutura de consumo otimizado ou padrão, mas a estrutura de consumo observada em populações de baixa renda a partir de pesquisas de orçamentos familiares. Assim, por exemplo, a composição da cesta alimentar reflete os hábitos e as preferências das famílias em fase da restrição de renda, sendo estabelecidos de modo a atender aos requisitos nutricionais médios da população à qual se refere. Foram utilizadas linhas de pobreza derivadas do Endef para fornecer uma perspectiva da evolução da pobreza no longo prazo — de 1970 a 1997. As análises mais detalhadas relativas à década de 90 se baseiam em indicadores obtidos a partir do uso de linhas de pobreza derivadas da POF 1987/88. A descrição passo a passo da metodologia de construção desses parâmetros é apresentada em Rocha (1997).

A segunda característica é que, reconhecendo que existem significativas discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre as regiões, e conforme o local de residência (metropolitano, urbano ou rural), foram estabelecidas linhas de pobreza que levam em conta esses diferenciais. Assim, com base nas cestas de consumo estabelecidas para cada região metropolitana, seus valores foram estimados ano a ano com base no Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE.¹⁴

A esse respeito é importante notar que somente para as regiões metropolitanas é possível acompanhar a evolução do custo de vida para os pobres, isto é, do valor da linha de pobreza, pois somente nelas são realizadas pesquisas de preços ao consumidor. Isso significa que pouco se sabe sobre custo de vida para os pobres em áreas urbanas não-metropolitanas e rurais. Com objetivo de obter estimativas acerca da pobreza para o Brasil como um todo, supôs-se que os diferenciais de custo de vida entre áreas rurais, urbanas e metropolitanas para as populações de baixa renda se mantiveram como observado no ano-base. O conjunto de linhas de pobreza relativas a 1997 é apresentado na tabela a seguir.

¹⁴Para uma descrição detalhada da metodologia de construção das linhas de pobreza por região metropolitana, ver Rocha (1998a).

Linhas de Pobreza para Setembro de 1997

Regiões e Estratos	Endef			POF		
	Em R\$	Em SM	Em US\$	Em R\$	Em SM	Em US\$
Norte						
Belém	83,62	0,70	76,46	81,04	0,68	74,10
Urbano	74,42	0,62	68,04	70,64	0,59	64,59
Nordeste						
Fortaleza	49,97	0,42	45,69	81,70	0,68	74,70
Recife	63,29	0,53	57,87	114,46	0,95	104,65
Salvador	69,70	0,58	63,73	106,07	0,88	96,98
Urbano	42,69	0,36	39,03	71,08	0,59	64,99
Rural	25,62	0,21	23,43	42,88	0,36	39,20
Minas Gerais / Espírito Santo						
Belo Horizonte	68,09	0,57	62,26	99,82	0,83	91,27
Urbano	45,62	0,38	41,71	67,11	0,56	61,36
Rural	26,56	0,22	24,28	39,73	0,33	36,33
Rio de Janeiro						
Metrópole	90,72	0,76	82,95	119,78	1,00	109,52
Urbano	56,25	0,47	51,43	74,53	0,62	68,14
Rural	40,83	0,34	37,33	54,40	0,45	49,74
São Paulo						
Metrópole	107,72	0,90	98,49	152,51	1,27	139,45
Urbano	67,86	0,57	62,05	97,46	0,81	89,11
Rural	43,09	0,36	39,40	61,31	0,51	56,06
Sul						
Curitiba	53,58	0,45	48,99	95,04	0,79	86,90
Porto Alegre	65,84	0,55	60,20	73,02	0,61	66,77
Urbano	44,78	0,37	40,94	63,11	0,53	57,70
Rural	29,86	0,25	27,30	42,55	0,35	38,90
Centro						
Brasília	72,82	0,61	66,58	135,14	1,13	123,57
Goiânia	-	-	-	124,93	1,04	114,22
Urbano	48,79	0,41	44,61	95,12	0,79	86,97
Rural	31,31	0,26	28,63	54,63	0,46	49,95

SM = salário mínimo.

ANEXO 2

Evolução dos Indicadores de Pobreza, por Regiões e Estratos — 1995/97

Regiões e Estratos	1995			1996			1997		
	Número (mil)	Contribuição (%)	Proporção (%)	Número (mil)	Contribuição (%)	Proporção (%)	Número (mil)	Contribuição (%)	Proporção (%)
Norte	2.613,3	5,33	38,49	2.765,1	5,43	39,57	2.856,3	5,51	39,61
Belém	274,7	0,56	29,81	339,8	0,67	36,66	331,2	0,64	35,56
Urbano	2.338,7	4,77	39,86	2.425,4	4,76	40,01	2.525,1	4,87	40,21
Nordeste	22.330,6	45,52	52,05	22.904,4	44,96	53,13	23.314,4	44,98	52,86
Fortaleza	1.154,8	2,35	46,02	1.178,2	2,31	46,21	1.183,3	2,28	45,42
Recife	1.632,3	3,33	57,01	1.465,2	2,88	56,25	1.682,0	3,24	57,79
Salvador	1.300,7	2,65	50,82	1.289,9	2,53	50,69	1.295,9	2,50	48,59
Urbano	9.888,2	20,16	50,67	10.248,0	20,12	51,35	10.338,4	19,94	50,91
Rural	8.354,6	17,03	54,05	8.723,2	17,12	56,45	8.814,8	17,01	56,45
Minas Gerais/									
Espírito Santo	5.271,9	10,75	27,82	5.353,0	10,51	28,21	5.350,7	10,32	27,50
Belo Horizonte	1.150,4	2,35	31,31	1.217,5	2,39	33,31	1.132,6	2,18	29,71
Urbano	2.800,3	5,71	25,56	2.807,2	5,51	25,01	2.875,4	5,55	25,07
Rural	1.321,1	2,69	30,57	1.328,3	2,61	32,45	1.342,7	2,59	32,12
Rio de Janeiro	3.703,6	7,55	28,50	3.816,2	7,49	29,16	3.829,9	7,39	28,86
Metrópole	2.886,5	5,88	29,31	3.079,0	6,04	31,05	3.053,9	5,89	30,40
Urbano	604,7	1,23	23,56	536,8	1,05	21,01	578,7	1,12	21,95
Rural	212,4	0,43	36,47	200,4	0,39	32,50	197,3	0,38	33,48
São Paulo	7.246,7	14,77	22,01	8.115,5	15,93	24,17	8.553,6	16,50	25,21
Metrópole	4.242,0	8,65	26,89	4.791,9	9,41	29,68	5.195,7	10,02	32,09
Urbano	2.585,9	5,27	17,25	2.873,8	5,64	18,68	2.856,7	5,51	18,35
Rural	418,8	0,85	19,40	449,8	0,88	21,93	501,2	0,97	23,14
Sul	4.087,2	8,33	17,85	4.072,3	7,99	17,59	4.248,7	8,20	18,11
Curitiba	455,7	0,93	19,94	411,6	0,81	17,37	512,2	0,99	21,17
Porto Alegre	435,4	0,89	14,07	470,2	0,92	15,11	448,5	0,87	14,43
Urbano	2.046,4	4,17	16,27	2.040,5	4,01	15,93	2.215,3	4,27	17,00
Rural	1.149,6	2,34	23,26	1.150,0	2,26	23,70	1.072,7	2,07	21,91
Centro-Oeste	3.800,2	7,75	37,44	3.913,8	7,68	37,71	3.682,5	7,10	34,62
Brasília	569,3	1,16	33,10	639,3	1,26	36,48	600,6	1,16	32,81
Urbano	2.551,7	5,20	38,32	2.635,9	5,17	38,07	2.506,6	4,84	35,48
Rural	679,2	1,38	38,35	638,5	1,25	37,52	575,3	1,11	33,06
Metropolitano	14.101,8	28,75	31,16	14.882,5	29,22	32,65	15.435,9	29,78	33,18
Urbano	22.816,0	46,51	31,20	23.567,5	46,26	31,46	23.896,1	46,10	31,30
Rural	12.135,7	24,74	41,51	12.490,3	24,52	43,42	12.504,0	24,12	42,84
Brasil	49.053,4	100	33,229	50.940,3	100	34,127	51.836,0	100	34,089

Fonte: PNADs, tabulações especiais.

Nota: Linhas de pobreza derivadas da POF.

ANEXO 3

Indicadores de Insuficiência de Renda por Unidade Federativa para 1997

Unidades Federativas	Número de Pobres (mil)	Proporção (%)	Contribuição (%)	Hiato da Renda	Hiato Quadrático ^a
Norte	2.856,3	39,61	5,51	0,4622	0,1159
Rondônia	188,5	24,66	0,36	0,4139	0,0607
Acre	102,8	32,64	0,20	0,5603	0,1288
Amazonas	695,0	38,04	1,34	0,4588	0,1113
Roraima	38,9	21,31	0,08	0,2850	0,0330
Pará	1.330,4	44,53	2,57	0,4642	0,1303
Amapá	137,0	39,09	0,26	0,5039	0,1329
Tocantins	363,7	46,40	0,70	0,4620	0,1319
Nordeste	23.314,4	52,86	44,98	0,4838	0,1633
Maranhão	3.117,7	59,57	6,01	0,5287	0,2113
Piauí	1.544,4	58,83	2,98	0,5244	0,2095
Ceará	3.757,4	54,88	7,25	0,4940	0,1749
Rio Grande do Norte	1.055,1	41,83	2,04	0,4577	0,1212
Paraíba	1.555,0	47,35	3,00	0,4741	0,1428
Pernambuco	4.006,4	55,65	7,73	0,4801	0,1691
Alagoas	1.256,8	47,78	2,42	0,4625	0,1414
Sergipe	695,4	46,09	1,34	0,4805	0,1445
Bahia	6.326,3	51,62	12,20	0,4595	0,1443
Sudeste	17.734,2	26,61	34,21	0,4248	0,0697
Minas Gerais	4.623,8	27,80	8,92	0,4251	0,0714
Espírito Santo	726,9	25,74	1,40	0,4317	0,0715
Rio de Janeiro	3.829,9	28,86	7,39	0,4222	0,0719
São Paulo	8.553,6	25,22	16,50	0,4251	0,0679
Sul	4.248,7	18,12	8,20	0,4044	0,0465
Paraná	1.968,4	21,83	3,80	0,3962	0,0527
Santa Catarina	611,8	12,43	1,18	0,3836	0,0322
Rio Grande do Sul	1.668,5	17,53	3,22	0,4216	0,0481
Centro-Oeste	3.682,5	34,62	7,10	0,4372	0,0929
Mato Grosso do Sul	680,3	35,11	1,31	0,4404	0,0956
Mato Grosso	785,1	34,59	1,51	0,4350	0,0906
Goiás	1.616,4	35,16	3,12	0,4255	0,0910
Distrito Federal	600,6	32,81	1,16	0,4681	0,0980
Brasil	51.836,0	34,09	100	0,4526	0,0971

Fonte: PNAD 1997 — tabulações especiais.

^a Índice Sintético de Pobreza proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984).

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. *A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960*. IPEA, 1992 (Texto para Discussão, 286).
- . *O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza*. IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 528).
- BONELLI, R., RAMOS, L. *Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde os meados dos anos 70*. IPEA, jan. 1993 (Texto para Discussão, 288).
- FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. *Econometrica*, v. 52, p. 761-767, 1984.
- IPEA. *Gastos sociais das três esferas de governo — 1995*. Brasília, s/d.
- LAVINAS, L., ROCHA, S., VARSANO, R. *Programas de garantia de renda mínima — uma orientação aos municípios*. Ildes, Fundação Ford, Finep, 1998.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: a evolução nas duas últimas décadas*. CNPq, 1996 (Relatório de Pesquisa).
- . Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 27, n. 2, p. 313-352, ago. 1997.
- . Pobreza no Brasil — principais tendências da espacialização. *Anais XXVI Encontro Nacional de Economia*, Vitória, p. 1.665-1.682, dez. 1998a.
- . *Targeting at the poor — issues concerning social programs in Brazil*. World Bank, Dec. 1998b (Background Paper).
- . *Minimum income programs — how do they apply to Brazilian metropolitan nuclei?* Sob contrato do Banco Mundial, mar. 1999a, 42 p.
- . *Child labor in Brazil and the program for eradication of child labor*. World Bank, June 1999b (Background Paper).
- SIMÕES, C. *A mortalidade infantil na transição da mortalidade: um estudo comparativo entre o Nordeste e o Sudeste*. Cedeplar/UFMG, 1997 (Dissertação de Mestrado).